

## *A chaga: a representação do negro na obra de Castro Soromenho*

Livia Petry Jahn \*

**SOROMENHO, Castro. *A Chaga*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.**

No imaginário europeu a África ocupava a posição de Eldorado, de terra exótica e promissora onde se tropeçava em diamantes ao banhar-se n'algum rio, onde existiam seres pré-históricos como crocodilos e elefantes, onde a natureza era exuberante e os povos eram alegres. É a partir deste ponto de vista, que Castro Soromenho irá construir uma de suas obras mais importantes chamada *A Chaga*. Neste livro, vemos o retrato do europeu, mais especificamente do português, como o aventureiro que enxerga na África a possibilidade de enriquecer facilmente. É este homem, filho da miséria e da fome, saído de alguma aldeia esquecida nos confins de Portugal, que irá construir toda uma trajetória de colonialismo e exploração em solo africano. Assim, surge no seio da floresta africana o conflito primordial entre o europeu e o autóctone.

O outro, o diferente, será sempre sob o ponto de vista eurocêntrico, um primitivo, um pagão, um ser humano de segunda categoria. Estabelece-se desta forma a dualidade que irá presidir as relações coloniais, qual seja: o homem europeu e sua cultura *versus* o homem africano e sua relação com a natureza. Neste embate de cultura X natureza, branco X negro, irá surgir a visão e as ideologias do colonizador. Tanto é assim, que até hoje não sabemos como os europeus eram vistos pelas sociedades africanas, mas temos pleno conhecimento de como os africanos eram vistos pelos europeus. É este segundo ponto de vista que a obra de Castro Soromenho abarca. Portanto, no livro *A Chaga*, o que temos é a representação do negro a partir das ideologias europeias, especialmente o fascismo salazarista e o paternalismo do império português. No entanto, há que se levar em conta, que se tais expressões da mentalidade europeia surgem nas linhas do livro, elas o fazem enquanto uma forma de denúncia do colonialismo português e não como sua apologia.

Assim, teremos ao longo da obra de Soromenho duas descrições diferentes do homem africano. Na primeira, o negro é objeto de troca, um “cabecinha”, possui um valor monetário definido pelo mercado e por isso mesmo é tido como uma espécie de mercadoria. Este negro, transformado em mão-de-obra à venda, é representado como um ser inferior, devendo aos portugueses a própria língua e o que estes chamam de civilização.

Na segunda forma de descrição o negro é apresentado como elemento de seu meio, vivendo de acordo com as regras de sua sociedade. Porém, estas não são as únicas representações do homem negro dentro do âmbito colonial. Há também que se levar em conta os negros que trabalhavam como subordinados do governo e que agiam como uma espécie de feitores dos militares e chefes portugueses. Além disso, temos dentro da sociedade angolana uma terceira forma que é a mestiça, o mulato. Este, um ser à margem da sociedade que nem consegue se identificar com os negros, nem é aceito pelos brancos. Esta complexidade nas relações interracialis e os preconceitos que surgem daí podem ser vislumbrados no seguinte trecho: “Malandro! Velho sem-vergonha! Andam os brancos a castigar os fumadores de liamba e tu, um sipaio, um preto do governo, sempre agarrado à droga. Chicote nesse lombo e enxada nas unhas é o que tu precisas” (1976, p.35).

Através desta fala, Soromenho nos coloca a problemática relação dos negros entre si, pois havia entre eles próprios uma hierarquia, e os “pretos do governo” acabavam mandando e até caçando e castigando os outros negros. Porém, por mais que tentassem se igualar no mando aos brancos, os negros sempre eram tidos como inferiores. Esta é a ideologia expressa nas seguintes

linhas do livro: “os pretos são como crianças, crianças grandes, está claro, mas madraços. É preciso estar sempre em cima deles, obrigá-los a trabalhar. É uma raça inferior.”; “Eu concordo que se obrigue os negros a trabalhar. São mandriões e não tem hábitos de trabalho. Só com enxada e picareta nas mãos é que se pode civilizar esta malta” (1976, p. 45).

Esta ideologia da raça inferior irá justificar o tratamento desumano reservado aos negros, obrigados a trabalhar nas minas do governo, nas fazendas e nas fábricas de algodão e café. Sua exploração e escravização irão ser tomadas como medidas civilizatórias, como atos mais usuais do governo português e de seus representantes. Tanto é assim, que os negros serão chamados de “cabecinhas de alcatrão” e tratados como mercadorias. Para ilustrar essa prática tida como “normal” entre os portugueses, recorreremos aos seguintes trechos do livro: “[...] Quem quer negros que os pague aos angariadores, como todos fazem.”; “Receber uns cobres por cada madraço a quem se arranja trabalho, não me parece um crime. E aqui para nós, só não recebe quem não tem “cabeças de alcatrão” para o contrato.”; “Trinta e um matutos por três contos cada cabeça” (p. 34).

Assim, para os portugueses, o homem africano não passa de um animal a ser domesticado, domado, tratado sob a égide da força, do chicote e da violência. As sociedades tribais são desmanteladas, os chefes tribais têm seu poder esvaziado. O europeu, utilizando os recursos da força militar e da intriga, aproveita-se das diferenças e rivalidades entre os povos da mesma região para separá-los, fragilizá-los, e finalmente explorá-los. Tudo isso podemos reconhecer no seguinte trecho: “um soba era um rei, não era um regedor como hoje, como estes sobas que a gente nomeia. Meti muitos negros na ordem, fiz-lhes ver o que valia um branco, o que valia uma farda de militar” (p. 42).

Estabelece-se assim, entre o europeu e o africano, uma relação de domínio e subjugação. Desta maneira, surge a autoridade colonial e os castigos que ela impõe como vislumbramos no seguinte parágrafo: “os negros, crianças grandes como são, veem nas palmatoadas um castigo paternal, a autoridade do chefe. O chicote é diferente, é brutal, só para escravos” (p. 60).

Esta mesma autoridade irá angariar para si a missão de “civilizar e proteger” os negros. Num discurso tipicamente paternalista, bem ao gosto de Salazar, vemos esta representação do negro como elemento a ser civilizado surgir. Eis aí as palavras de Castro Soromenho: “A elite do Quadro Administrativo [...] tem de proteger os negros deles próprios. Em várias zonas de Angola eles já sabem [...] que nós lhes arranjamos trabalho, lhes educamos os filhos nas missões católicas e os ajudamos a pensar. [...] Colonialismo não é chicote, é civilização” (p. 62).

Desta maneira, o homem africano jamais escapa ao rótulo de primitivo. Mesmo vivendo em sociedades que se diferenciam da sociedade europeia, ele acaba por ser descrito como um selvagem. Esta descrição de um ser humano imerso nas forças da natureza transparece quando o autor descreve uma “guerra negra” entre duas tribos inimigas como vemos a seguir: “Quando o capitão dos quiocos levantou a lança apontada aos lundas, os pés dos guerreiros raspavam o chão e as lanças baixaram, inclinadas para a frente, à altura dos escudos. O seu grito partiu, os tambores vibraram e nenhum quioco já chegou a ouvir o brado dos lundas lançados ao ataque” (p. 83).

Porém, se Castro Soromenho expõe a ideologia do colonizador para desnudar o processo de exploração pelo qual passou a África e os africanos, ele também faz um mea-culpa na seguinte frase que resume todo o seu romance: “Negamos no Negro o homem que ele é, sem sequer pensarmos que ao negá-lo também nos negávamos como homens” (p. 105).

## Nota explicativa

\* Mestranda em Literatura Portuguesa e Luso-Africana pela UFRGS.

## Referências:

- DAUD, Roberto. As Duas Africas de Castro Soromenho. *Letras & Letras*, Uberlândia. v. 4, nº 1 e 2, 1988.  
MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A sociedade angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1988.  
SOROMENHO, Castro. *A chaga*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1976.  
TORRES, Alexandre Pinheiro. Propedêutica à “Trilogia de Camaxilo”. *Coloquio Letras*. Lisboa, nº 39, 1977.

